

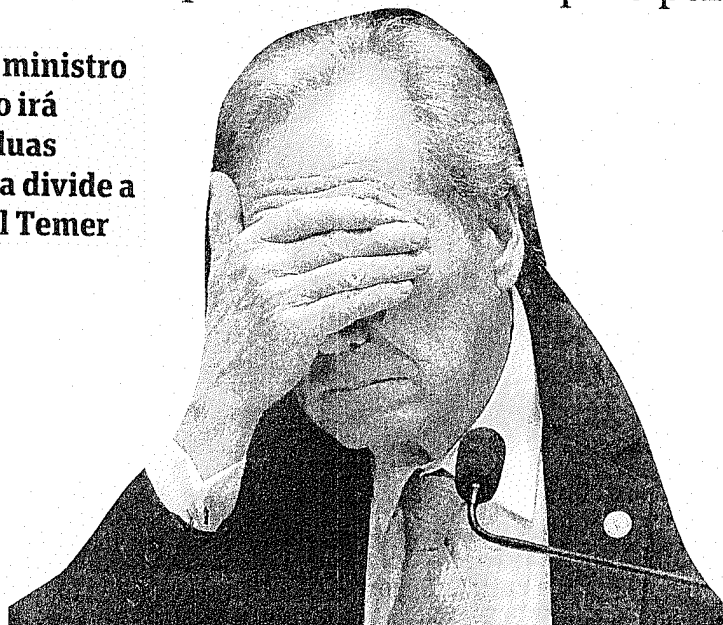
26 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Chefe do STF faz lobby enquanto lidera sessão

Ao mesmo tempo em que comanda sessão do impeachment, Lewandowski pede a senadores apoio para reajuste

Assessoria do ministro diz que ele não irá confundir as duas questões; tema divide a base de Michel Temer



O presidente do Supremo, ministro Ricardo Lewandowski

VALDO CRUZ
GUSTAVO URIBE
DE BRASÍLIA

Enquanto comanda o julgamento do impeachment de Dilma Rousseff no Senado, o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Ricardo Lewandowski, tem ligado e conversado com senadores pedindo a aprovação do projeto que eleva o salário dos ministros do tribunal.

O projeto, que reajusta o salário dos ministros de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil, virou uma das bandeiras de Lewandowski na fase final de seu mandato à frente do STF, que se encerra em setembro.

O presidente do STF assumiu a condução do processo no dia 10 de agosto, após a chamada pronúncia de Dilma Rousseff como ré pelo plenário do Senado. Desde então, intensificou o lobby pelo aumento.

Assessores do presidente interino, Michel Temer, reclamam que ele tem pressionado o governo pela aprovação da medida, que dividiu a base aliada do peemedebista.

O PSDB é contra por prejudicar o ajuste fiscal. Lembra que a medida eleva o teto do funcionalismo público e gera um efeito cascata nos gastos com pessoal do Judiciário e executivos estaduais. Já o PMDB é a favor.

A assessoria do presidente do STF nega que ele esteja numa campanha para aprovar o reajuste salarial dos ministros do Supremo. E que tem apenas aproveitado algumas conversas com senadores para defender o projeto.

Segundo sua assessoria, ele não pode e não vai confundir a condução do impeachment com uma campanha salarial e que apenas diz aos senadores que o reajuste

já estava previsto num acordo fechado com o governo Dilma e incluído no Orçamento do Judiciário de 2017.

Há cerca de dois meses Lewandowski conversou com o próprio Michel Temer sobre o assunto e pediu apoio à aprovação do projeto no Congresso.

Nesta conversa, Temer disse que o projeto, em tramitação no Senado Federal, não é de autoria do Executivo e não era uma questão pacífica dentro da base aliada. Por isto, não poderia garantir que ele seria aprovado.

No Senado, o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), agendou para o dia 8 de setembro a votação da proposta.

Os tucanos ainda esperam derrotar o projeto e ganharam o apoio inusitado do PT, que na noite de quarta-feira (24) anunciou sua posição de também votar contra o aumento dos ministros.

Líderes tucanos ironizam afirmando que, enquanto o PMDB, partido de Temer, quer aprovar um projeto que vai contra o ajuste fiscal, o PT, legenda da presidente afastada, Dilma Rousseff, vai no sentido oposto.

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Nem as aparências

BRASÍLIA - O ministro Ricardo Lewandowski abriu o julgamento do impeachment com uma advertência. Os senadores deveriam atuar como "verdadeiros juizes", deixando de lado "opções ideológicas, preferências políticas e inclinações pessoais". Caberia a cada um "atuar com a máxima isenção e objetividade, considerando apenas os fatos".

"Espera-se do juiz que utilize uma linguagem escorreita, polida, respeitosa", prosseguiu o presidente do Supremo Tribunal Federal. Todos deveriam se expressar de "forma cortês", observando a "imparcialidade", a "honra" e o "decoro".

Se alguém acreditou no roteiro civilizado, a ilusão durou pouco. Antes do meio-dia, os senadores já trocavam insultos em cadeia nacional. A confusão começou quando a petista Gleisi Hoffman disse que ninguém ali teria moral para julgar a presidente afastada Dilma Rousseff.

"Não sou assaltante de aposentado", gritou o líder do DEM, Ronaldo Caiado. "Você é de trabalhador escravo", devolveu Gleisi. O petista Lindbergh Farias tomou as dores da companheira. "Você é canalha", bradou, apontando para Caiado.

O nível da discussão baixou ainda mais. Exaltados, os senadores passaram a se acusar de ligação com o jogo do bicho e até de uso de drogas. Lewandowski precisou interromper a sessão para evitar que os dois se engalfinhassem em plenário.

Quando os ânimos se acalmaram, o ministro tentou retomar a ordem. Seguindo as regras dos tribunais, ele declarou suspeita a principal testemunha da acusação, que havia participado de um ato contra Dilma. A ala pró-impeachment vai pedir o mesmo tratamento a uma testemunha da defesa, convidada para trabalhar num gabinete do PT.

O primeiro dia confirmou o que já se esperava: o julgamento de Dilma será uma rinha política, com acusação e defesa atuando como torcidas organizadas. Apesar dos apelos de Lewandowski, ninguém parece interessado em manter as aparências.

26 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Delírios de poder

SÃO PAULO - Na filosofia da ciência, distinguimos entre o contexto da descoberta e o da justificação. No primeiro, fatores extracientíficos exercem todo o tipo de influência. O exemplo sempre citado é o do químico alemão August Kekulé (1829-96), que teve o insight de como seria a estrutura dos anéis de benzeno ao sonhar com uma serpente engolindo a própria cauda. É claro que, na hora de justificar sua descoberta, não recorreu a serpentes, mas a argumentos científicos.

Algo parecido ocorre no mundo do Judiciário. A crise entre o STF e o Ministério Público teve como gatilho um fator extrajurídico, mais especificamente o corporativismo. Gilmar Mendes estrilou contra o MP e os vazamentos porque a vítima, desta vez, foi seu colega e amigo Dias Toffoli.

De modo análogo, existem razões para suspeitar que membros do MP utilizem as delações (e sua divulgação) de forma política, com o propósito de fazer avançar sua agenda, também ela um pouco corporativista, de reforma da legislação. A rápida sucessão de manifestos de associações de procuradores apoiando o MP só escancara esse corporativismo.

O fato de as motivações de nossos protagonistas não serem puramente jurídicas não implica que não haja importantes questões técnicas a discutir no que diz respeito aos vazamentos, à suspensão da delação de Léo Pinheiro e, principalmente, às dez propostas do MP de combate à corrupção, que incluem tanto ideias interessantes como despautérios.

Pretendo, em colunas futuras, analisar alguns desses tópicos. Em relação à delação de Pinheiro, não parece fazer muito sentido suspendê-la — pelo menos não enquanto o MP não der uma explicação plausível dos motivos que o levaram a isso.

De qualquer forma, a exemplo de Kekulé no contexto da justificação, é necessário que a discussão se trave em termos técnicos, não recorrendo a sonhos, serpentes ou a delírios de poder.

26 AGO 2016

26 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO



CONDECORADO O juiz Sergio Moro recebe em Brasília a Medalha do Pacificador, honraria dada pelas Forças Armadas a quem prestou "serviços relevantes à nação"

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

A TERRA TREME

26 AGO 2016

A negociação entre a Odebrecht e o Ministério Público Federal também passa por turbulências.

VOZ DE COMANDO

De acordo com pessoa próxima das tratativas, volta e meia procuradores ameaçam interromper as conversas. Argumentam que a empreiteira não está contando tudo o que sabe.

PRECEDENTE

Odebrecht e OAS sempre foram tidas como capazes de fazer as delações das delações, com potencial de implodir parte do sistema de poder no Brasil ao atingir governos, legislativos, setores do Judiciário e até do Ministério Público em todo o país. A da OAS foi interrompida nesta semana por Rodrigo Janot, por tempo indeterminado.

AGORA VAI

Há uma crença no meio jurídico, porém, de que, justamente por ter paralisado as conversas com a OAS sob o polêmico argumento de que houve quebra de confiança com a empreiteira por conta de vazamentos da negociação, o que vinha ocorrendo de forma generalizada em todas as outras delações, a da Odebrecht teria que obrigatoriamente seguir adiante.

ENGAVETADOR

O Ministério Público Federal, nesta análise, não teria condições de enterrar as duas maiores delações já encaminhadas no país, sob risco de ser acusado de engavetar as tratativas justamente no momento em que elas chegavam ao centro do poder, atingindo quase todos os partidos políticos.

FOLHA DE S. PAULO

RÉINALDO AZEVEDO

Os bandidos agradecem, Janot

Para tentar preservar os porões do Ministério Público, procurador-geral dá uma ajuda à bandidagem

26 AGO 2016

COMEÇO A minha coluna com uma saudação de rigor: "Tchau, Dilma!". Ou, para lembrar a governanta: "Às vezes, quem está na chuva não quer estar na chuva."

Agora ao Brasil do futuro.

Desde que li o poemeto "Anedota Búlgara", de Carlos Drummond de Andrade, não tomo os defensores de borboletas como expressão do bem absoluto, embora, em si, protegê-las me pareça uma boa ideia. Nem todos conhecem ou se lembram. É assim:

"Era uma vez um czar naturalista/ que caçava homens./ Quando lhe disseram que também se caçam borboletas e/ andorinhas,/ ficou muito espantado/ e achou uma barbaridade."

Pegou fogo nesta semana e veio à superfície um embate antes subterrâneo envolvendo a Lava Jato. Há coisas que estão completamente fora do lugar — e minha crítica não é nova.

Um vazamento sobre as tratativas para a delação de Léo Pinheiro acendeu o sinal vermelho em vários setores do Judiciário. A "Veja" revelou que o nome do ministro Dias Toffoli, do Supremo, integrava um anexo oficioso que circulava lá pelo Ministério Público Federal. Não especulo sobre as fontes da revista. À imprensa não cabe guardar segredos, mas revelá-los. E segue sendo uma obrigação do poder público apurar os vazamentos. Cada um no seu quadrado. Se há porões no MPF — e, pelo visto, há —, a revista presta um serviço ao revelá-lo.

Nas democracias, se cada um cumprir o seu papel, as coisas avançam.

A aposta quase unânime é a de que o vazamento partiu do próprio MPF, o que Rodrigo Janot nega. De forma inexplicável, o homem pôs fim à delação de Léo Pinheiro, como se o vazamento do que ele assegura

não existir (???) interessasse ao ex-chefe da OAS. Ora, a consequência prova que não.

Restou em muitos setores do meio jurídico a seguinte constatação: "Ai de quem discordar dos comandantes da Lava Jato! Terá a reputação maculada". Toffoli deu ao menos dois votos que não agradaram à força-tarefa. Ministros do Supremo lidam com a informação de que há uma espécie de esforço concentrado para fazer a Lava Jato chegar como um tsunami à Corte.

E como Rodrigo Janot respondeu à coisa? Pôs fim à delação de Léo Pinheiro. Ora, mantida a decisão, o empreiteiro levará para a lápide fria as informações que seriam certamente do interesse do país. A esta altura, há figurões rezando para que as coisas assim permaneçam, não é mesmo, Lula? A delação dos diretores da Odebrecht está em andamento. E se alguém que se sabe na mira resolver se antecipar e "vazar" sucessos de verões passados? Suspende-se também essa?

Qual é o ponto? O meritório trabalho do Ministério Público Federal e da PF, que está criando condições para um Brasil melhor do que aquele que tínhamos sem ele, está sendo assediado pelo espírito de Savonarola que toma algumas lideranças. Pesquisem a respeito. O homem não era mau. Ele só não sabia distinguir Dante ou Botticelli de sabotadores da fé. Mandava tudo para a fogueira das vaidades.

Não temos Dantes e Botticellis dando sopa por aí. Mas nem todo mundo que discorda de alguns métodos dos bravos rapazes do MP, ou de suas propostas, são defensores da corrupção.

Entre as tais 10 medidas, há a defesa de provas colhidas ilicitamente, "desde que de "boa fé". Hein? A "boa fé" de Robespierre era a guilhotina. A de Savonarola, a fogueira.

O ministro Gilmar Mendes chamou a proposta de "coisa de cretinos". E de cretinos contraproducentes, acrescento, que sempre conseguem o oposto do que almejam com a sua estupidez purificadora.

Ou não é isso que teremos se Léo Pinheiro levar seus segredos para o além?

FOLHA DE S. PAULO

Ministério Público não é o problema do país

DANILO PINHEIRO DIAS

Tolher os procuradores da República é o que deseja o país? Ou esse é o desejo de quem não suporta a transparência e a verdade?

26 AGO 2016

O Mapa da Violência revela que quase 60 mil pessoas são assassinadas por ano no Brasil. Esse número espantoso nos coloca em condição semelhante à da Síria, país em guerra civil que destruiu a estrutura do Estado e sua capacidade de prestar serviços minimamente eficientes para a população.

No trânsito, a estimativa de mortes é semelhante ao número de pessoas assassinadas. Calcula-se — embora não haja precisão, por razões óbvias — que o desvio de recursos públicos pela corrupção seja da ordem de R\$ 200 bilhões por ano.

Poderia ainda elencar um sem-número de outros graves problemas econômicos e sociais, relacionados, direta ou indiretamente, ao fenômeno da corrupção, todos merecedores de atenção dos homens públicos, mas paro por aqui. O descrito acima já é suficiente para o que se pretende demonstrar.

Neste estado de coisas, vozes se levantam para acusar, injustamente, o Ministério Público Federal de violar a ordem jurídica, de ser uma ameaça ao Estado de Direito. Tudo motivado pelo fato de que a instituição vem cumprindo, escrupulosamente, seu dever na investigação da Lava Jato — da mesma maneira que tem procedido em todos os casos submetidos à sua atribuição.

Pela primeira vez, a sociedade testemunhou a restituição de altas somas de recursos públicos desviados. Consolidou-se a percepção social de que o direito penal, no Brasil, também vale para ricos e poderosos.

Será mesmo que é preciso tolher o trabalho dos procuradores da República? É isso o que deseja a sociedade brasileira? Ou esse é o desejo recôndito de quem não suporta o efeito desinfetante da luz do sol, da transparência e da verdade?

O paciente não estará menos doente se afastar de si o médico que fez o diagnóstico; ao contrário, é provável que o autoengano faça a enfermidade recrudescer e leve a óbito.

Não nos parece que a prioridade nacional possa hoje migrar do combate à corrupção endêmica e à impunidade crônica para uma caça tresloucada aos procuradores da República. Que crime teríamos cometido?

Seria o imperdoável “delito” de procurar fazer o sistema penal funcionar como deve, de forma republicana e democrática? Ou, por outra, devemos purgar a boa autoestima institucional, decorrente dos bons serviços prestados?

Mais de 2 milhões de pessoas subscreveram as dez medidas de combate à corrupção, manifestando assim, de forma bastante eloquente e democrática, os caminhos a serem seguidos pelo Estado brasileiro. Se há alguém que está em dessintonia com a sociedade, certamente não é o Ministério Público Federal.

Não estamos acima da lei, não pairamos por sobre o bem e o mal. Penso até que os rigores da norma devam ser ainda mais firmes em relação aos membros da instituição: se erramos, devemos ser responsabilizados por isso como qualquer cidadão.

Só não se pode admitir que o Ministério Público sofra retaliação quando atua simplesmente para cumprir o dever legal. Dizer que o MP age com excessos, com abuso de autoridade, sem apresentar qualquer fundamento consistente que dê embasamento empírico a essa afirmação, é jogar palavras ao vento.

O fato a ser objetivamente considerado é que a investigação Lava Jato, mesmo submetida ao mais rigoroso escrutínio judicial de que se tenha lembrança, em todas as instân-

cias do Poder Judiciário, tem seguido normalmente seu curso sem o registro de qualquer nulidade.

Não podemos mais aceitar que a corrupção e a impunidade continuem a representar uma maneira peculiar de fazer política e de governar o Estado brasileiro e os destinos de nosso povo.

DANILO PINHEIRO DIAS, 43, especialista em gestão pública, é procurador regional da República

26 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Emissoras podem incluir nanicos, diz STF

Tribunal decidiu nesta quinta que presença de candidatos em debate não deve passar por crivo de adversários

Ação assinada pela Abert beneficia candidatos como Luiza Erundina e Marcelo Freixo, do PSOL

GABRIEL MASCARENHAS
DE BRASÍLIA

ANGELA BOLDRINI
CAROLINA LINHARES
DE SÃO PAULO

O Supremo Tribunal Federal decidiu nesta quinta (25) que caberá às emissoras de rádio e TV estabelecer quais candidatos de partidos chamados “nanicos” poderão participar dos debates eleitorais.

Por oito votos a três, decidiu-se que as empresas de comunicação precisarão obedecer “critérios objetivos” para convidar os candidatos cujos partidos têm menos de dez cadeiras na Câmara. O Supremo não estabeleceu os critérios.

Relator do processo, Dias Toffoli sugeriu que o direito valha para aqueles que estão bem posicionados nas pesquisas que tenham sido registradas na Justiça Eleitoral.

Os outros candidatos não poderão vetar a participação de concorrentes. Até então, a presença de nanicos precisava passar pelo crivo de dois terços dos adversários.

Teori Zavascki ponderou sobre o risco de a decisão dar poder excessivo às empresas de comunicação, sobretudo no interior do país. “Não podemos esquecer que essa é uma regra nacional. Será esse um critério democrático? Significaria dizer que não seria possível vetar número de

participantes [de debate], quem quer que seja, ao não ser a própria emissora.”

A sentença tende a beneficiar candidatos como Luiza Erundina (PSOL), à Prefeitura de São Paulo, e Marcelo Freixo (PSOL), ao Rio de Janeiro. Ambos foram excluídos dos debates pelos adversários.

“Essa lei é absurda, antidemocrática”, afirmou Freixo à **Folha** após a decisão.

O vice de Erundina, Ivan Valente, comemorou a determinação como uma “vitória política do PSOL” e afirmou que ela abre caminho para que as candidaturas do partido possam crescer.

O Supremo se debruçou sobre cinco ações de inconstitucionalidade — quatro delas assinadas por partidos políticos e outra, pela Abert (Associação de Emissoras de Rádio e Televisão). As peças questionavam diferentes pontos da legislação relacionados ao tempo de exposição dos candidatos na TV e na rádio.

A liberação para os nanicos constava da ação da Abert, a única julgada parcialmente procedente. “Consideramos uma vitória da liberdade de imprensa. Isso contribui para o direito à informação”, disse à **Folha** Gustavo Binebojn, advogado da associação.

Os ministros a favor foram Toffoli, Luiz Fux, Gilmar Mendes, Carmen Lúcia, Luís Roberto Barroso, Celso de Mello, Edson Fachin e Marco Aurélio Mello. Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Zavascki votaram pelo indeferimento integral.

O julgamento começou na quarta (24), mas foi suspenso e retomado nesta quinta.

GAZETA DO POVO 26 AGO 2016

Pressão sobre testemunhas e bate-boca marcam 1.º dia do julgamento de Dilma

Lewandowski aceita argumento da defesa e impede testemunho de procurador do TCU por incitação a protesto contra a presidente afastada

BRASÍLIA

Catarina Scortecci,
com agências

Correspondente

● O primeiro dia de julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff no Senado foi marcado por bate-boca entre senadores pró e contra o impeachment, e contestações sobre a imparcialidade de testemunhas de acusação e de defesa. Logo no início das oitavas, a primeira testemunha arrolada pela acusação, o procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Júlio Marcelo de Oliveira, que defende a ocorrência das “pedaladas fiscais”, foi rebaixado à categoria de “informante”.

A decisão do presidente da sessão, o ministro Ricardo Lewandowski, impediu que o depoimento dele gerasse provas no processo.

O presidente do Supremo Tribunal Federal aceitou o argumento do advogado de Dilma, José Eduardo Cardozo, de que Oliveira não poderia ser testemunha de acusação por ter compartilhado em rede social uma convocação para um protesto contra a política fis-

calpetista.

O “rebaixamento” foi comemorado por aliados. O PT pretende lançar mão da chamada teoria do “fruto podre” na Justiça, caso recorra da provável decisão pelo impeachment de Dilma, segundo a qual um ato pode contaminar o processo.

O carimbo da “suspeição” reforça a tese dos aliados de Dilma, que sustentam que o procurador tem uma “atuação política”, e não técnica. “Ele é artífice e militante de uma causa”, criticou a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Para tentar conter a ofensiva, Oliveira declarou que votou em Dilma nas eleições de 2010. Ponderou, entretanto, que não fez o mesmo em 2014.

Segunda contestação

A “vingança” da bancada pró-impeachment surgiu no final da tarde. O senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) afirmou que a ex-secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Esther Dweck, uma das testemunhas arroladas pela defesa, também deveria ser considerada sob suspeição. Esther foi nomeada para trabalhar na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, colegiado presidido por Gleisi.

Lewandowski não analisou a questão, embora tenha sinalizado que deve acolher a reclamação de Caiado. “É uma questão séria e tem, em tese, fundamento, mas o momento para analisar isso não é agora”, justificou.

CONTINUA

26 AGO 2016

CONTINUAÇÃO

GAZETA DO POVO

CLIMA QUENTE

**Gleisi diz que Senado
"não tem moral"
para julgar Dilma e
senadores se insultam**

Evaristo Sá/AFP



“Qual é a moral deste Senado para julgar a presidente da República? Qual a moral dos senadores que estão aqui para dizer que ela é culpada? Qual é a moral que vocês têm? Gostaria de saber.”

Gleisi Hoffmann, senadora (PT-PR).

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

O clima esquentou logo no início do julgamento no plenário do Senado, quando diversas “questões de ordem” foram apresentadas. Os senadores se insultaram com termos como “assaltante”, “cheirador” e “canalha”. A tensão começou quando o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) pediu a suspensão do julgamento e avisou que pediria o afastamento do presidente em exercício Michel Temer. O senador Magno Malta (PR-ES) questionou o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, se era o ministro ou “esse menino aqui” que comandava a sessão, referindo-se a Lindbergh. Nesse momento, Gleisi Hoffmann (PT-PR) pegou o microfone para incendiar de vez o plenário. “Qual é a moral deste Senado para julgar a presidente da República? Qual a moral dos senadores que estão aqui para dizer que ela é culpada? Qual é a moral que vocês têm? Gostaria

de saber”, disse, aos gritos. O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), com o indicador apontado para a Gleisi, fez referências ao marido dela, o ex-ministro Paulo Bernardo – que foi preso por suposto envolvimento num esquema de desvio de dinheiro de empréstimos consignados. “Eu não sou assaltante de aposentado”, gritou Caiado. “E você é (assaltante) de trabalhador escravo”, retrucou a

senadora. Lindbergh se aproximou de Caiado e com dedo em riste entrou na discussão. “Canalha, canalha.” Foi aí que o médico e líder do DEM disparou: “Tem que fazer antidoping. Fica cheirando, não”, disse Caiado. “Sua ligação é com o (bicheiro) Carlinhos Cachoeira. Demóstenes (Torres, ex-senador cassado) é quem sabe da sua vida”, rebateu o petista.

“INFORMANTE” FIM DE NOITE

Alçado à condição de informante – quando não pode gerar prova no processo –, o procurador do TCU Julio Oliveira foi questionado pelos senadores não mais como testemunha. Na condição de informante, ele não teve obrigação de dizer a verdade. Oliveira, porém, não se furtou a apontar Dilma durante a sessão como a responsável por ter praticado os crimes de responsabilidade em editar decretos sem autorização do Congresso e ter cometido as chamadas pedaladas fiscais.

A sessão inicial do julgamento não havia terminado até o fechamento desta edição. A segunda testemunha de acusação do dia, o auditor do TCU Antônio Carlos Costa D’Ávila, que apontou as pedaladas fiscais no governo Dilma, começou a depor por volta das 22 horas. D’Ávila é auditor federal de Controle Externo do TCU e professor de pós-graduação em Auditoria Financeira na Universidade Nacional de Brasília. Ele já foi consultor legislativo no Senado e analista do Banco Central.

26 AGO 2016

GAZETA DO POVO

Em sua defesa, Dilma dirá que paga preço alto por Lava Jato

Presidente afastada defenderá no Senado a tese de que o processo contra ela só foi aberto porque não cedeu à pressão para barrar as investigações

BRASÍLIA
Estadão Conteúdo

● A presidente afastada Dilma Rousseff pretende dizer em sua defesa no Senado, na próxima segunda-feira, que o processo de impeachment só foi aberto porque ela não cedeu à pressão para barrar a Lava Jato. Dilma recebeu sugestões para citar até mesmo o áudio em que o senador Romero Jucá (PMDB-RR) afirma ao ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado ser preciso mudar o governo para “estancar a sangria” da Lava Jato e impedir o avanço das investigações.

Diante dos senadores, a presidente afastada insistirá em que é inocente, sob o argumento de que não cometeu qualquer crime de responsabilidade. O depoimento de

Dilma vem sendo preparado para que ela reforce a ideia de que está pagando um alto preço justamente por combater a corrupção, e não por autorizar “pedaladas fiscais”.

Para acompanhar a defesa de Dilma, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva desembarcará em Brasília no domingo. Lula avalia que “só um milagre” salvará sua sucessora e quer demonstrar solidariedade. “Nós pedimos para Lula vir, mas duvido que ele queira ficar dentro do plenário”, afirmou o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE).

No Alvorada

Dilma acompanhou ontem o início de seu julgamento pela TV, no Palácio da Alvorada, ao lado de ex-ministros, e também recebeu senadores que se declaram indecisos. Além de citar os insatisfeitos com a Lava Jato, ela deve destacar no Senado que sofreu “sabotagem” da Câmara, com a aprovação de pautas bombas.

Numa estocada ao PSDB, dirá que muitos não aceitaram a derrota na disputa de 2014 e pregará novas eleições, medida rechaçada pela cúpula do PT.

“VERGONHA”

Lula classificou como “semana da vergonha nacional” o início do julgamento do impeachment. “Estou envergonhado de perceber que o Senado, que deveria estar debatendo os interesses do povo brasileiro e os interesses dos trabalhadores, está discutindo a condenação de uma pessoa inocente”, disse Lula, que questionou a legitimidade do julgamento. Ele discursou em um ato público em Niterói (RJ).

SEM PRAZO

O presidente do STF, Ricardo Lewandowski, afirmou ontem que o julgamento não tem prazo para acabar. “Desenvolveremos os trabalhos com toda tranquilidade, respeitando o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório”, afirmou, após ser questionado pelo senador Lindbergh Farias sobre o fato de o presidente do Senado, Renan Calheiros, ter dito que o fim do julgamento poderia ser antecipado para a madrugada da próxima terça.

26 AGO 2016

GAZETA DO POVO

Senadores temem embate entre Dilma e Janáína Paschoal

● Os senadores já demonstram preocupação com a etapa da próxima segunda-feira do julgamento do impeachment, quando a presidente afastada Dilma Rousseff fará sua defesa diretamente no plenário do Senado. O receio é com o comportamento da advogada de acusação, Janáína Paschoal, que pode fazer perguntas para a petista. Pelo seu estilo inflamado, o temor é que ela faça provocações à presidente afastada, tumultuando a sessão. Um senador aliado de Temer disse que iria conversar com seus colegas para tentar evitar que Janáína seja a escolhida, entre os advogados de acusação, a fazer questionamentos para Dilma. O receio era partilhado também pela equipe de defesa da presidente afastada. Reservadamente, senadores petistas diziam que a sessão da próxima segunda-feira pode virar um circo, diante do histórico de atuações polêmicas de Janáína durante outras etapas do processo de impeachment.

26 AGO 2016

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

Procuradores pedem apoio aos anti-Dilma

Ministério Público
Federal pede ajuda
para o projeto 10
Medidas Contra a
Corrupção

SÃO PAULO
Folhapress

● Autor do projeto 10 Medidas Contra a Corrupção, que tramita no Congresso, o Ministério Público Federal tem recorrido às mesmas associações, federações e movimentos de rua que mobilizaram a sociedade civil pelo impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff.

Os braços estaduais do ór-

gão têm ativamente procurado as entidades que eles consideram ser capazes de pressionar deputados a aprovar as 10 Medidas, incluindo lideranças estaduais dos grupos MBL (Movimento Brasil Livre) e Vem Pra Rua.

A reportagem apurou que as procuradorias em cada Estado estão mapeando entidades de interesse em seus territórios e convidando-as para reuniões com membros do Ministério Público Federal dentro dos prédios do órgão. Não há relatos de grupos de esquerda entre os convidados.

Dos grupos com que o Ministério Público entrou em contato, pede-se o mesmo trabalho feito para afastar a pre-

26 AGO 2016

GAZETA DO POVO



Moro recebe Medalha do Pacificador

● O juiz Sergio Moro foi homenageado pelo Comando do Exército, ao ser condecorado com a Medalha do Pacificador. Moro evitou polemizar com o ministro

do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, que criticou o pacote de dez medidas contra corrupção e atacou o vazamento de informações da Lava Jato.

sidente petista: ações na internet, protestos de rua e prisão sobre parlamentares.

As 10 Medidas, que conseguiram a assinatura de mais de 2,5 milhões de apoiadores, tramitam na Câmara como projeto de iniciativa popular.

Em Santa Catarina, a primeira reunião com movimentos de rua foi há mais de dois meses e participaram re-

presentantes do MBL (Movimento Brasil Livre), do Vem Pra Rua e de um terceiro grupo anti-Dilma. Eles foram procurados por Rafael Falcão Gonçalves da Silva, da Assessoria e Seção de Planejamento e Gestão Estratégica da Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina.

Nos contatos, Silva chegou a apontar os quatro depu-

tados catarinenses que integram comissão de análise do projeto das 10 Medidas.

No Paraná, o procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Lava Jato e idealizador das 10 Medidas, recebeu no prédio da Procuradoria em Curitiba representantes do G7, grupo que concentra entidades do setor produtivo do Estado.

O juiz e o informante

Faltavam três minutos para as 18 horas quando o ministro Ricardo Lewandowski disse que, conforme o que fora acertado entre ele e os senadores, a sessão seria suspensa. Foi a única parte do combinado a ser respeitada: a hora do breve descanso. Os senadores que defendem a presidente Dilma Rousseff ignoravam desde a manhã tudo o que fora acertado previamente.

O ministro foi engolido pelas manobras rasas e previsíveis da bancada da defesa da presidente. Não era para falar do mérito nas questões de ordem, e eles assim o fizeram. Não deveriam usar a palavra para procrastinar, e foi isso o que conseguiram. Não deveriam reapresentar as perguntas com outras palavras, e eles se repetiram durante todo o dia. Deveriam fazer perguntas e não discursos. Nada foi respeitado. O ministro, às 16h34m, decorridas seis horas da sessão, chegou a avisar aos petistas:

“Daqui para a frente, serei muito rígido”, disse Lewandowski.

Não foi. Continuou sem pulso. O ato mais discutível da atuação de Lewandowski foi impugnar o procurador Júlio Marcelo de Oliveira como testemunha pelo compartilhamento de uma postagem no Facebook.

O procurador Júlio Marcelo de Oliveira tem um lado. Claro. O da defesa da lei fiscal. É mais ou menos como desqualificar todos os integrantes do Ministério Público da Força Tarefa da Lava Jato por terem se pronunciado contra os crimes que investigam. Seria estranho se o procurador não tivesse uma opinião sobre as operações feitas pelo governo da presidente Dilma nos bancos públicos, já que ele tem que defender um ponto de vista junto ao Tribunal de Contas. Estudou o assunto, entendeu que houve operação de crédito ilegal usando bancos públicos, o que

é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e isso ele tem dito desde o começo desse processo. Lewandowski achou que ele não é “isento”. Nenhuma das testemunhas o é, e o ministro sabe disso. O ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa será ouvido como testemunha, arrolada pela defesa, não por ser isento em relação à política econômica que ele elaborou e executou.

Depois da decisão de Lewandowski, Júlio Marcelo passou a ser ouvido como informante, mas em alguns momentos parecia ser o réu, tantas as acusações que ouviu. Para se defender, teve até que revelar que em 2010 votou em Dilma. Não era ele que estava em questão, mas sim as decisões de uma política econômica desastrosa que desrespeitou frontalmente a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os senadores da defesa da presidente repetiram o dia inteiro que o Ministério Público disse que não houve operação de crédito. Na verdade, quem se pronunciou sobre isso foi o procurador Ivan Cláudio Marques. Mas, estranhamente, ele não está na lista das testemunhas. Já que sua decisão é tão cara à defesa, deveria estar. Talvez a ausência se explique porque no mesmo ato em que disse que não se configura operação de crédito o procurador afirmou que há crime de improbidade administrativa. Também não foi arrolado ninguém da perícia do Senado que concluiu que não houve ato da presidente, talvez porque os peritos disseram que, sim, é uma operação de crédito.

O informante, como era chamado o tempo todo, informou aos senadores da defesa da presidente afastada fatos elementares da vida de um parlamento. Explicou que nenhum governante pode editar decretos sem autorização do Congresso porque essa é uma prerrogativa do legislativo.

CONTINUA

26 AGO 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Que mesmo “despesas meritórias” para serem feitas precisam estar no Orçamento. São quitadas com recursos do governo federal e não de seus bancos. Que os bancos estaduais — exceto um do Rio Grande do Sul e outro do Distrito Federal — foram privatizados, por isso os governadores que, segundo o senador Paulo Paim, teriam cometido pedaladas não o fizeram. Pedalada fiscal é atrasar pagamentos a bancos públicos que o governo controla e não contabilizar essa dívida. Os governos estaduais não controlam mais os bancos desde o fim dos anos 1990, informou o informante aos desinformados senadores.

Os erros na condução do primeiro dia de julgamento não mudam o resultado, que deve dar 61 ou 62 votos a favor do afastamento definitivo da presidente Dilma.

Mas os senadores do PT, do PC do B e da Rede mostraram mais uma vez, em cada intervenção, seu desprezo pelo ordenamento fiscal do país.

Os pontos-chave

- Lewandowski foi engolido pelas manobras dos senadores que apoiam a presidente Dilma Rousseff
- Ato mais discutível da sua atuação foi impugnar o procurador por uma postagem no Facebook
- Senadores do PT, PC do B e da Rede mostraram mais uma vez seu desprezo pelo ordenamento fiscal do país

26 AGO 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



26 AGO 2016

GAZETA DO POVO

Missa de 7º dia

A esposa, Mara Catarina Mesquita Lopes Leite, e os filhos, Noêmia de Moraes Leite e Alaor Carlos Lopes Leite, convidam para a missa de 7º dia do

Desembargador Marco Antonio de Moraes Leite

que será celebrada dia **26/08/2016, às 19:00 horas**, na
Igreja dos Capuchinhos – Paróquia Nossa Senhora das
Mercês Av. Manoel Ribas, 966 - Mercês.



26 AGO 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SÉRGIO MORO MANDA DEVOLVER PASSAPORTE DE CLÁUDIA CRUZ

Em despacho emitido na quarta-feira, o juiz Sergio Moro determinou que seja devolvido o passaporte da jornalista Cláudia Cruz, esposa do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha. O documento havia sido entregue à Justiça pela própria defesa. Consultado, os procuradores do MPF se manifestaram contra a liberação do documento, no entanto, em sua decisão, o juiz Sergio Moro afirmou ser remoto o atendimento às condições que justifiquem a apreensão do passaporte, inclusive devido ao papel secundário da jornalista nos crimes investigados no âmbito da Lava Jato.

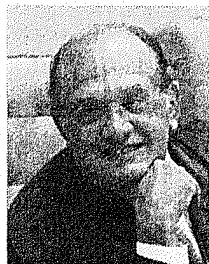
Aroldo Murá

JOGANDO XADREZ COM MORO

Sergio Moro (foto) foi um das centenas de pais que passaram a manhã do Dia dos Pais, no Colégio Anjo da Guarda – da antológica Vera Miraglia – jogando xadrez com seus filhos, alunos daquela escola procuradíssima pelos comprometidos com uma educação de qualidade para seus filhos.



UM POUCO DE RAZÃO PARA GILMAR MENDES



Gilmar Mendes

O ministro Gilmar Mendes (STF) cansou de elogiar a Lava Jato enquanto a operação da PF, MPF e Justiça Federal se empenhava em indiciar políticos, especialmente os do PT. Nisso estava certo, ninguém pode duvidar.

Só que Mendes, agora, numa súbita mudança, quando a operação começa a atingir gente grande de outras esferas, passa para o lado oposto, de pura condenação à Lava Jato. Lamentável.

Há uma exceção louvável na fala de Mendes: alguns personagens do MPF, procuradores da Re-

pública, estão mesmo exagerando, expondo-se sem parar, como se fossem salvadores da pátria. Viraram astros de um espetáculo lamentável.

No caso, localizo um curitibano que se ajusta à perfeição ao modelito: jovem, sorridente, bem preparado juridicamente, honesto (acredito que assim seja), mas um poço de vaidades incontidas. Igrejas têm sido, com a TV, seu palco privilegiado e preferido.

Adivinhe o nome dele?

Não precisa se esforçar, ele pode estar neste momento em seu canal de notícias na TV.

26 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Fux relata caso Cunha

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), é o novo relator de um dos inquéritos que tramita na Corte contra o deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). A investigação trata da suposta negociação de emendas em medidas provisórias para favorecer bancos e empresários. O relator da Lava Jato no Tribunal, ministro Teori Zavascki, encaminhou no início da semana o caso para redistribuição por entender que a investigação não tem relação com os desdobramentos do esquema de corrupção envolvendo a Petrobras. Pela investigação, mantida sob sigilo no STF, as emendas que Cunha negociava trariam benefícios ao banqueiro André Esteves, do BTG Pactual, e ao executivo Léo Pinheiro, da OAS.

26 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Decisão

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná extinguiu o processo movido pela suplente de vereador Adriana Aguilera (PHS) contra o vereador Gustavo Richa (PSDB). Segundo a assessoria do vereador, na última segunda-feira a resolução emitida pelo TRE “deixou bem claro que o prazo legal para qualquer reclamação envolvendo o resultado da eleição só pode ser protocolado no prazo máximo de 30 dias, após a publicação oficial do pleito”. Adriana entrou com o pedido na Justiça Eleitoral para ocupar a vaga de Richa, que se elegeu pelo PHS, mas deixou o partido para ingressar no PSDB.

Nanicos e os debates

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nessa quinta-feira (25) que caberá às emissoras de rádio e televisão estabelecer quais candidatos dos chamados partidos nanicos poderão participar dos debates eleitorais. De acordo com o tribunal, as empresas de comunicação precisarão obedecer “critérios objetivos” para convidar esses candidatos, cujos partidos têm menos de dez cadeiras na Câmara dos Deputados. O Supremo não estabeleceu, no entanto, quais são esses critérios. Agora, os demais candidatos não poderão vetar a participação de concorrentes convidados pelas emissoras. Até então, a presença de nanicos, mesmo aqueles que eram chamados pelas organizadoras do debate, precisavam passar pelo crivo de dois terços dos seus concorrentes.

César Maia cassado

A 10ª Câmara Cível do Rio cassou nessa quinta-feira (25) em segunda instância, o mandato do vereador Cesar Maia (DEM), ex-prefeito do Rio. Por três votos a dois, a 10ª Câmara condenou o político por ter contratado 31 vezes, sem licitação, o advogado Paulo Saboya, falecido em 2009, para defendê-lo em processos judiciais. Saboya era cunhado do então prefeito. Por meio de sua assessoria, o vereador afirmou que ainda não foi informado oficialmente da decisão, mas que ela, na prática, não gera efeitos, pois Cesar Maia ainda pode recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF). Somente após o trânsito em julgado da sentença, na última instância, a cassação se concretizará.

26 AGO 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Presidente do TST defende mudanças na lei trabalhista

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro **Ives Gandra (foto)**, defendeu mudanças na legislação trabalhista para dar mais segurança ao trabalhador.

De acordo com o jurista, o protagonismo da Justiça do Trabalho é importante para o país sair da crise e para isso, é preciso harmonizar as relações de trabalho e equilibrar o entendimento entre capital e trabalho.

“Esperamos que possa haver uma atualização dessa legislação para que possamos, interpretando



essa legislação, chegar a um ponto de equilíbrio, porque se não, não vamos sair da crise econômica”, disse Gandra

antes de abrir o seminário comemorativo dos 75 anos da Justiça do Trabalho e 70 anos do TST no Centro

Cultural da Fundação Getulio Vargas (FGV), em Botafogo, zona sul do Rio.

Entre as mudanças, o presidente do TST defendeu o fortalecimento da negociação coletiva e a aprovação de um marco regulatório para o “fenômeno da terceirização”. ●

TRIBUNA DO PARANÁ

MEDALHA

O juiz Sérgio Moro foi homenageado ontem pelo Comando do Exército, ao ser condecorado com a Medalha do Pacificador. Moro foi o centro das atenções da cerimônia, alvo de tietagem de civis e militares, mas evitou polemizar com o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, que criticou seu trabalho, o pacote de dez medidas contra corrupção e atacou o vazamento de informações da Lava Jato.

26 AGO 2016

INFORMANTE

O ministro Ricardo Lewandowski, transformou a testemunha de acusação contra Dilma em 'informante', na primeira vitória da defesa da petista na sessão do Senado. O procurador do Ministério Público que atua junto ao TCU Júlio Marcelo de Oliveira foi chamado para defender o pedido de impeachment. O ex-ministro José Eduardo Cardozo apontou a suspeição da testemunha. Cardozo se baseou na convocação feita por Júlio Marcelo de Oliveira, em seu perfil em uma rede social, de um ato público, na entrada do TCU, para cobrar a rejeição das contas.

RECURSO

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), afirmou ontem que certamente a defesa e os aliados da presidente afastada Dilma ingressarão no Supremo Tribunal Federal (STF) com questionamentos a respeito do processo de impeachment da petista. 'Certamente haverá questionamentos. Até hoje o Supremo não se manifestou sobre o mérito (do pedido de impeachment), se há crime de responsabilidade', afirmou Costa.